

ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Atlantimport Comercial S.A.  
Recife - PE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlantimport Comercial S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlantimport Comercial S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia mantém um saldo a receber de parte relacionada no montante de R\$ 16.168 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 45.706 mil em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 8 e nº11 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia mantém um saldo a pagar à parte relacionada no montante de R\$ 49.021 mil e R\$ 818 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 86.311 mil e R\$ 164 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2024). Estes montantes são significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira. A realização desses valores a receber e a pagar ocorrerá mediante termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e as partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PE 001269/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mário Jorge Costa Fernandes'.

Mário Jorge Costa Fernandes  
Contador CRC 1 PE 011500/O-6

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38	118	Fornecedores	7	27.684	30.980
Contas a receber	5	9.132	16.400	Parcelamentos de tributos	9	274	246
Adiantamentos		621	-	Partes relacionadas	10	818	164
Outros créditos		24	-	Demais contas a pagar	8	118	-
		<b>9.815</b>	<b>16.518</b>			<b>28.894</b>	<b>31.390</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber	5	7.036	29.306	Fornecedores	7	21.347	55.342
Créditos tributários	6	4.073	4.069	Parcelamentos de tributos	9	434	636
		<b>11.109</b>	<b>33.375</b>			<b>21.781</b>	<b>55.978</b>
<b>Passivo a descoberto</b>				<b>Passivo a descoberto</b>			
				Capital social	11	2.000	2.000
				Prejuízos acumulados		(31.751)	(39.475)
						<b>(29.751)</b>	<b>(37.475)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>20.924</b>	<b>49.893</b>	<b>Total do passivo e do passivo a descoberto</b>		<b>20.924</b>	<b>49.893</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	24.311	-
(-) Custo da mercadoria vendida	13	(24.723)	-
<b>(=) Prejuízo bruto</b>		<b>(412)</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(222)</b>	<b>(317)</b>
Despesas gerais e administrativas	13	(222)	(317)
<b>(=) Prejuízo antes dos efeitos financeiros</b>		<b>(634)</b>	<b>(317)</b>
Receitas financeiras	13	1.068	1.314
Despesas financeiras	13	(1.839)	(617)
Variação cambial, líquida	13	9.129	(21.889)
<b>(=) Lucro/(prejuízo) antes das provisões tributárias</b>		<b>7.724</b>	<b>(21.509)</b>
(-) Imposto de renda		-	(17)
(-) Contribuição social		-	(9)
<b>(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>		<b>7.724</b>	<b>(21.535)</b>
Número de ações integralizadas (Em milhares)		0,20	0,20
<b>Lucro líquido/(prejuízo) por ação (Em R\$)</b>		<b>38.620</b>	<b>(107.675)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	<u>7.724</u>	<u>(21.535)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.724</u></u>	<u><u>(21.535)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

## Demonstrações das mutações do passivo a descoberto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000	(17.940)	(15.940)
Prejuízo do exercício	-	(21.535)	(21.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000	(39.475)	(37.475)
Lucro líquido do exercício	-	7.724	7.724
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.000	(31.751)	(29.751)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	7.724	(21.535)
Ajustes		
Variações cambiais líquidas	(10.570)	21.782
	<b>(2.846)</b>	<b>247</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	29.538	26.935
Adiantamentos	(621)	-
Créditos tributários	(4)	(89)
Outros créditos, líquidos	(24)	-
Fornecedores	(26.721)	(27.290)
Imposto de renda e contribuição social	-	(5)
Parcelamento de débitos tributários	(174)	(143)
Demais contas a pagar	118	(256)
	<b>2.112</b>	<b>(848)</b>
<b>(=) Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais</b>	<b>(734)</b>	<b>(601)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Transações com partes relacionadas	654	164
<b>(=) Caixa líquido originado das atividades de financiamentos</b>	<b>654</b>	<b>164</b>
<b>(=) Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(80)</b>	<b>(437)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	118	555
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	38	118
<b>(=) Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(80)</b>	<b>(437)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlantimport Comercial S/A  
CNPJ: 05.073.264/0001-99

# [Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2025]





## 1. Informações gerais

A Atlantimport Comercial S.A. (“Atlantimport” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com Sede em Recife (PE), que tem por objetivo social:

- A importação para revenda no mercado nacional, de combustíveis líquidos álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo;
- As atividades de transporte e cargas em geral de produtos perigosos, a exploração comercial, importação de produtos de mercadorias em geral;
- Representar empresas nacionais e estrangeiras e como acionista ou quotista participar do capital de outras entidades.

A Atlantimport iniciou operações de importação de combustíveis a partir de 25 de outubro de 2018.

### 1.1. Informações referentes a continuidade

No ano de 2025, a Atlantimport optou por retomar as atividades com operações com produto importado de forma gradativa, acompanhando ainda principalmente: o grande impacto no mercado de combustíveis causado pela continuidade da política de preços da Petrobras em não seguir o mercado internacional; à forte volatilidade e viés de alta do câmbio; e às incertezas políticas, econômicas e sociais.

O principal motivo para o prejuízo acumulado, e conseqüente passivo a descoberto, foram as variações cambiais, em função das compras em mercado estrangeiro, da importação de produtos e dos empréstimos em moeda estrangeira reconhecidas até o ano de 2021. O risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A controladora segue acompanhando de perto toda movimentação e seguirá dando todo suporte financeiro necessário para a Companhia.

## 2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), como também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.





A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis.

## 2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

### 3.2. Ativo financeiro

#### a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.





Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.



- c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

### 3.3. Passivo financeiro

- a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem, principalmente, contas a pagar a fornecedores.





b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

#### 3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

#### 3.5. Provisões

Provisões são constituídas quando a Companhia tem obrigações presentes, legais ou não formalizadas, resultantes de eventos passados, cuja saída de recursos para liquidar as obrigações seja necessária e uma estimativa confiável de valores possa ser realizada.

#### 3.6. Apuração do resultado (Receitas, despesas e custo)

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.



### 3.7. Principais fontes de julgamento e estimativa

A Administração faz julgamentos na elaboração das estimativas sobre os valores dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de fontes externas. As estimativas e respectivas premissas são baseadas em dados históricos e outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

## 4. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC nº 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.



#### Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

#### Avaliação de Impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou efeitos relevantes em suas principais premissas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 07 - Créditos Tributários.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia não tem imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários a vista	24	92
Aplicações financeira	14	26
	<u>38</u>	<u>118</u>

(a) As aplicações financeiras são de curto prazo, com alta liquidez, sujeitas a um risco insignificante, que são prontamente conversíveis em caixa. No caso de resgate nos primeiros 30 dias, há incidência de IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

## 6. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber com partes relacionadas (a)	16.168	45.706
	<u>16.168</u>	<u>45.706</u>
Circulante	9.132	16.400
Não circulante	7.036	29.306
	<u>16.168</u>	<u>45.706</u>

(a) Corresponde às vendas para a empresa parte relacionada TDC Distribuidora de Combustíveis S.A.

## 7. Créditos tributários

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a Recuperar (a)	3.751	3.747
Impostos a Compensar	196	6
IRPJ e CSLL	126	316
	<u>4.073</u>	<u>4.069</u>

(a) Corresponde aos créditos de PIS e COFINS, referentes à aquisição de insumos importados.

## 8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores concentra 100% de faturas a pagar à Petrochina Internacional, empresa parte relacionada do Grupo que a Companhia faz parte, que manteve operações de compra de insumos importados. Os pagamentos estão sendo realizados conforme acordo de confissão de dívida:

	31/12/2025	31/12/2024
Petrochina International (America)	49.021	86.311
Outros fornecedores	10	11
	<u>49.031</u>	<u>86.322</u>
Circulante	27.684	30.980
Não circulante	21.347	55.342





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Demais contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros (a)	24	-
Obrigações com custos de importação	91	-
Outras obrigações	3	-
	<u>118</u>	<u>-</u>

(a) A Companhia transaciona instrumentos financeiros na modalidade de contratos a termo (NDF).

### 10. Parcelamentos de tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos de Impostos (a)	708	882
	<u>708</u>	<u>882</u>
Circulante	274	246
Não circulante	434	636

a) Corresponde a adesão ao parcelamento do IRPJ e CSLL de 2022 em 60 parcelas com vencimentos até 2028.

### 11. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
TDC Distribuidora S.A. (a)	818	164
	<u>818</u>	<u>164</u>

a) Corresponde à operação contratual de gestão financeira com a empresa parte relacionada TDC com a finalidade de movimentar recursos sob a guarda da contratada Atlantimport.

### 12. Passivo a descoberto

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 2.000, dividido em 200 (duzentas) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 10.000 (dez mil) cada uma, totalmente subscrito e integralizado. Conforme demonstrado do quadro a seguir:

	Participação total no capital social		
	Ações ordinárias	Participação (%)	Valor
Acionistas			
TT Work Participações S.A.	200	100	2.000
	<u>200</u>	<u>100</u>	<u>2.000</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é subsidiária integral da TT WORK Participações S.A., *holding* do Grupo empresarial que controla todas as áreas do negócio.

### 13. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Gasolina	20.805	-
Óleo diesel	7.093	-
Receita bruta	<u>27.898</u>	<u>-</u>
Deduções de vendas		
Tributos sobre receitas	(3.549)	-
Devolução de vendas	<u>(38)</u>	<u>-</u>
	(3.587)	-
Receita operacional líquida	<u>24.311</u>	<u>-</u>

### 14. Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza		
Custo dos produtos vendidos		
Custo das Mercadorias Vendidas	(24.723)	-
Gerais e administrativas		
Serviços Prestados por Terceiros	(36)	(33)
Impostos e taxas diversos	(47)	(101)
Processos/Contingências	-	-
Outras despesas gerais e administrativas	(139)	(183)
Despesas financeiras		
Juros de Mora	-	(2)
Juros s/ parcelamentos e processos tributários	(88)	(92)
Variação Monetária passiva	-	(1)
Perda sobre Instrumentos financeiros	(1.739)	(505)
Despesa bancária e outras despesas financeiras	(12)	(17)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3	176
Descontos e juros obtidos	-	2
Ganho sobre Instrumentos financeiros	1.065	1.128
Variação monetária ativa	-	8
Variação cambial (a)		
Variação cambial sobre importação	(107)	(107)
Provisão de variação cambial sobre importação	10.570	(21.782)
Outras variações cambiais	1.334	-
	<u>(16.587)</u>	<u>(21.509)</u>

a) A Empresa provisiona variação cambial nas operações de importação de combustíveis, conforme confissão de dívida firmada em dezembro de 2022.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(24.723)	-
Gerais e administrativas	(222)	(317)
Despesas financeiras	(1.839)	(617)
Variações cambial líquida	9.129	(21.889)
Receitas financeiras	1.068	1.314
	<u>(16.587)</u>	<u>(21.509)</u>

## 15. Gestão de risco financeiro

### 15.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### (a) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que reduzem o rendimento das aplicações financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas, quando aplicável, a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

#### (b) Risco cambial

O risco cambial refere-se ao risco de variação nos custos de contratos vinculados em moeda estrangeira e, portanto, podendo afetar os fluxos de caixa futuros de transações devido à variação nas taxas de câmbio.

#### (c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.



(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais levando em consideração suas necessidades de caixa a fim de atender à estas demandas operacionais.

## 16. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, até a data da conclusão das referidas demonstrações.